

Discurso, interpretação e tradução: a profissão TILS e seus sentidos na atualidade / *Discourse, Interpretation and Translation: The SLI Occupation and its Current Meanings*

Ângela Russo*
Dóris Maria Luzzardi Fiss**

RESUMO

O presente artigo trata da questão do intérprete de língua brasileira de sinais como uma posição discursiva em construção sob o aporte teórico-analítico da Análise de Discurso (AD) francesa na perspectiva de Michel Pêcheux em interface com os Estudos da tradução. O interesse pela retomada de pesquisa recente acontece, principalmente, pelo fato de novas condições de produção de discurso acerca dos tradutores e intérpretes de língua de sinais (TILS) e suas atividades constituírem-se com maior capilarização na última década em todo o país.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução e interpretação em língua de sinais; Análise de discurso; Estudos de tradução; Formação; Profissão.

ABSTRACT

This article deals with the issue of the Brazilian sign language interpreter as a discursive position in construction following the theoretical-analytical contribution French Discourse Analysis (AD) in the perspective of Michel Pêcheux in interface with Translation Studies. The interest in the resumption of a recent research is mainly due to the fact that new conditions for the production of speech about translators and sign language interpreters (TILS) and their activities are more capillary in the last decade in the whole country.

KEYWORDS: *Translator and Sign Language Interpreter; Discourse Analysis; Translation Studies; Formation; Profession.*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Intérprete de Libras, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; <https://orcid.org/0000-0003-4220-4151>; angelarusso.interprete@gmail.com

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul– UFRGS, Faculdade de Educação, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-4771-0726>; fiss.doris@gmail.com

A pesquisa revisitada e seus contextos

Este trabalho surgiu como prolongamento e ampliação de pesquisa apresentada na dissertação *Intérprete de língua brasileira de sinais: uma posição discursiva em construção*¹ (RUSSO, 2010). Nesse estudo, a autora produziu reflexões sobre sua prática como formadora de tradutores e intérpretes de língua de sinais (TILS)², e como ministrante do módulo prático dos cursos nos quais atuou à época. O *corpus* estabelecido para a análise foi composto pelas autoavaliações elaboradas por alunos de um curso de formação de TILS realizado em uma cidade ao sul do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2004, promovido em parceria com o escritório regional da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e a Associação de Surdos local, e narrativas desses alunos sobre experiências de interpretação, produzidas no ano de 2008, já como profissionais da área.

Russo (2010), ao esclarecer os caminhos trilhados no que se refere à produção de tais dados, explica que os cursos de formação de intérprete que ministra voltam-se principalmente para as técnicas de interpretação da língua de sinais para a língua oral e vice-versa. Neles, ela costuma inter-relacionar a prática de aprendizagem com as atividades propostas pela disciplina com suas experiências com Libras, bem como com as suas práticas de interpretação vivenciadas antes de ingressarem no curso. Dito de outra forma, trata-se de autoavaliação contextualizada, que tem também como propósito retomar constantemente a prática da autora como formadora de TILS. Por meio dessa prática, ela recebe o retorno dos alunos quanto ao que o curso proposto apresentou de novo para eles e se o mesmo atendeu as expectativas.

Os objetivos a que a pesquisa se propunha à época eram: identificar efeitos de sentidos discursivos produzidos pelos TILS durante os percursos de formação e enquanto profissionais atuantes, implicando os modos de constituição da posição discursiva na área do conhecimento onde atua o sujeito TILS; articular relações entre os referenciais teóricos da Análise de Discurso e dos Estudos da Tradução, tendo em vista a produção de sentidos concernentes à área da atuação dos intérpretes de Libras e sua

¹ Dissertação de Mestrado defendida no ano de 2009 no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob a orientação da Profa. Dra. Regina Maria Varini Mutti.

² Na época, Russo (2010) usou o termo ILS para denominar o que hoje nomeamos como TILS, ou seja, Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais.

formação; e contribuir para reflexões que apontem caminhos para a concretização de futuras propostas curriculares de cursos de graduação de Tradutor e Intérprete, Libras-Língua Portuguesa, conforme dita o Decreto Federal n. 5626/05 em seu artigo n.17.

Neste estudo, nos debruçaremos especificamente sobre o último objetivo supramencionado e a questão norteadora com ele relacionada: que sentidos podemos sugerir, a partir da análise do *corpus* e das reflexões desta pesquisa, para a definição de propostas de formação de TILS em nível superior? A análise do *corpus* aconteceu em dois momentos: o primeiro, na fase inicial, com um ensaio de análise de apenas um dos interlocutores de pesquisa, e o segundo, com a participação de todos os sujeitos, complementando e articulando outros elementos delineados durante o percorrer da investigação.

No que se refere a AD, a autora trouxe para a discussão principalmente as noções de discurso, língua, sujeito, efeitos de sentido e interpretação. Quanto aos Estudos da Tradução, foram trabalhadas as noções de tradução, interpretação, língua materna e língua estrangeira, relacionando-as com os estudos da interpretação em língua de sinais.

As análises realizadas, partindo das formulações discursivas dos TILS, apontaram para efeitos de sentidos que configuram a constituição de sua posição discursiva. Um efeito identificado destacou a *importância do desenvolvimento da proficiência nas línguas envolvidas no processo de interpretação*, um efeito de sentido de duplo, que envia a um outro - o *efeito de sentido de preocupação em realizar uma boa interpretação*, de se apropriar de um *saber fazer* a interpretação. Outros efeitos de sentido concernem às *especificidades técnicas e práticas que os diversos campos de atuação do intérprete de língua de sinais requerem*. A análise demonstrou mais um efeito nomeado *efeito de sentido da importância do sentir*, sentido singularizado de cada profissional na sua interpretação, bem como dos efeitos de sentido *do pertencimento à comunidade surda, da exposição pública do profissional no ato cênico de interpretar* e, por fim, *da constatação da diversidade de saberes*. Além dos efeitos analisados, a pesquisa identificou algumas questões no sentido de contribuir “[...] para reflexões que apontem caminhos para a concretização de propostas curriculares de cursos de graduação de tradutor-intérprete, com ênfase na formação de ILS [nesse artigo TILS], em resposta à crescente demanda atual da educação” (RUSSO, 2010, p.9).

Cabe destacar, também, que o cenário em que a pesquisa foi realizada apresentava condições de produção discursivas em que a formação dos TILS estava em transição tanto em seu caráter estrutural como prático, ao mesmo tempo em que ganhava mais força e visibilidade nas instâncias governamentais nos diferentes poderes. Mais tarde, ocorre a aprovação da regulamentação da profissão de TILS através da Lei Federal n. 12.319/10. Embora com muitos problemas e vetos significativos, como a retirada da exigência de formação superior e da criação de conselhos profissionais, a legislação vem provocar novas polêmicas no país.

Discurso e tradução: enlaces, interfaces, desafios

Considerando a AD francesa proposta por Michel Pêcheux, difundida no Brasil, em sua interface com os Estudos da Tradução³, discorremos aqui sobre as noções de discurso, língua, sujeito, interpretação e tradução – referenciais importantes para as análises produzidas a seguir. No entanto, cabe ressaltar que, na articulação e aproximação pretendida, não buscamos homogeneizar as diferenças entre essas áreas.

Consoante a AD, o sujeito se constitui a partir de dizeres que já foram enunciados em uma determinada situação histórico-social, mas que ficam ali, “adormecidos”, como já ditos, prontos para serem retomados em outra condição de produção. A esses dizeres e sua relação com a nova condição de produção, a AD vai denominar interdiscurso. Este saber que já está lá, na memória discursiva, manifesta-se no intradiscurso constituído por marcas linguísticas que ajudam a compreender o funcionamento da linguagem e os efeitos de sentido produzidos. Tanto o interdiscurso quanto o intradiscurso constituem o discurso do sujeito, pois, para a AD, o discurso é entendido como “efeito de sentido” entre locutores, alcançando o nível sócio-histórico-ideológico.

Para Pêcheux (1978), ideologia marca as posições e condições de produção discursivas dos sujeitos pelo interdiscurso e intradiscurso, já que os mesmos constituem o discurso. A ideologia, materialidade do discurso, intervém também com as formações imaginárias que designam o lugar dos sujeitos no discurso. Um lugar que cada um dos

³ Estudos da Tradução é o campo teórico em que muitas pesquisas acerca da interpretação se situam. Pesquisas não só da Língua de Sinais, mas também de interpretação das línguas orais em suas diversas modalidades: simultânea, consecutiva e/ou sussurrada.

sujeitos atribui a si e ao outro. Sendo assim, “[...] o discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1978, p.4), que não pertencem à realidade física do lugar dos sujeitos, mas apontam a um lugar discursivo imaginário (objeto imaginário), que se instaura no âmbito das formações imaginárias.

Nesse sentido é que podemos refletir sobre a relação direta do discurso com suas condições de produção, somadas: pelo outro que me escuta, pelo modo como eu penso que o outro me escuta, pelo modo como eu próprio me escuto e como o outro pensa que me escuta. São diferentes posições ligadas por pontos de tangenciamento entre cada uma delas. Portanto, são nesses diferentes lugares de dizer, nas diferentes condições de produção discursivas, que o discurso se materializa, cabendo ao analista interpretar como se dá o funcionamento da linguagem não apenas no caráter linguístico, mas, sobretudo, como um lugar representado de produção de sentido.

Neste cenário de reflexão é que a inquietação a respeito da posição do sujeito tradutor e intérprete de língua de sinais vem à tona. Ou seja, uma posição que, em simultaneidade às suas práticas cotidianas, vem constituindo e trilhando caminhos. Uma posição discursiva de sujeito que, de certa forma, parece apresentar-se em muitos momentos como homogênea, mas que, na verdade, está em um constante processo de interpelação, de mudança, de desacomodação e de novas constituições.

Vinhais (2009) afirma que todo sujeito carrega em seu discurso a sua história, seus valores, seus sentimentos e suas mudanças, e atribui sentidos aos eventos, aos acontecimentos, que não são homogêneos, mas heterogêneos, e isso aparece na formulação discursiva. Além de ocuparem espaços discursivos diferentes, os sujeitos atuam na suposição de que são donos de seus dizeres. Uma ilusão, já que todo enunciado é carregado de já ditos materializados pela relação desses com a língua, sendo esta limitada por sua incompletude, opacidade, capacidade de não permitir dizer tudo o que se deseja, tudo o que se quer. Portanto, podemos ratificar a ideia de que o discurso como efeito é marcado tanto pela multiplicidade de sentidos possíveis quanto pelo equívoco do desejo de sermos realmente donos de nossos dizeres.

Grigoletto (2007) destaca que não é apenas o lugar social que determinará o lugar discursivo do sujeito. A estrutura da língua, materializada no intradiscurso, também contribui para demarcar o lugar discursivo. O lugar discursivo ocupado pelo TILS não se caracteriza, exclusivamente, pelo fato de ele pertencer ou não à

comunidade surda, de ser aceito ou não dentro dela, mas também pelo modo como seu discurso, manifestado pelo uso da língua de sinais em suas relações sociais com os surdos e em sua prática diária nas interpretações⁴ e nas traduções, é interpretado pelo outro. Sabemos que o sujeito, o TILS, não tem controle sobre os sentidos produzidos pelo uso da língua. Não há uma determinação de sentido.

Apesar disso, há sentidos já estruturados no acontecimento discursivo “interpretação em língua de sinais” que circulam entre os TILS. Um deles é o sentido de que todo o TILS deve alcançar uma fidelidade ao sentido do texto produzido na língua fonte durante o ato de interpretação e tradução para a língua meta. Outro sentido já marcado na memória discursiva de muitos TILS preza por uma imparcialidade, um mascaramento da imagem ou da “opinião” do TILS no produto a ser interpretado. Algo que sabemos, pelo aporte que a teoria nos dá, que é impossível. Nesse sentido, pensando discursivamente sobre o TILS e o ato de interpretação e tradução, notamos o quanto precisamos avançar não apenas na qualificação da prática cotidiana de interpretar e traduzir, mas, principalmente, nas reflexões teóricas sobre essa prática, pensando no lugar discursivo que ocupamos e nos sentidos produzidos neste lugar.

A língua é outro conceito que merece atenção especial, tendo em vista que os discursos aqui analisados são de sujeitos intérpretes que vivenciam, cotidianamente, o uso de, no mínimo, duas línguas - a língua de sinais, uma língua de modalidade visogestual⁵, e a língua portuguesa, uma língua de modalidade oral e escrita, que se caracterizam como línguas em contato. Consoante a AD, a língua é uma das condições fundamentais para que haja a possibilidade do discurso, vinculada com os conceitos de sujeito, história e memória. A língua se caracteriza como um sistema, cujos elementos possuem um modo de organização peculiar. Entretanto, esse sistema não é fechado, mas sim aberto, porque depende do uso pelos sujeitos, em condições sócio-históricas. Sujeita a pontos de deriva e a rupturas de sentidos, está em uma relação constante entre a história e o sujeito que a utiliza em suas enunciações.

⁴ Aqui a interpretação é vista como a ação de verter ou traduzir de uma língua para outra. Não estamos falando ainda sobre o conceito de interpretação consoante a AD. Sobre isso falaremos a seguir.

⁵ Atualmente podemos também dizer que a língua de sinais tem um caráter gráfico, um registro escrito devido às pesquisas e práticas na área da escrita da Língua de Sinais. No Brasil, a referência nessa área é a pesquisadora Marianne Rossi Stumpf (2006), que desenvolveu a sua tese de doutorado sobre o tema: *Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting: línguas de sinais no papel e no computador*

A maneira como a língua funciona, relacionando o real da língua - em sua materialidade, pelo intradiscurso, com o real da história - pelas materialidades simbólicas, pelo interdiscurso, é o que, segundo Orlandi (2004), a AD vai focar. Ou seja, o modo pelo qual a relação entre a língua e a história nos possibilita entender o funcionamento e a produção de sentidos pelos sujeitos, constituindo assim o discurso. Para a autora, o sujeito “[...] se submete à língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se” (ORLANDI, 2007, p.12). Portanto, como os sujeitos desta pesquisa vivenciam e experimentam, cotidianamente, tanto a língua portuguesa quanto a Libras, cabe refletir sobre como este processo de constituição de sentidos e de significações acontece nesta injunção de contato bilíngue. Essa situação implica a relação discursiva que compreende língua, sujeito e história em um espaço peculiar, caracterizado como de fronteira. Um lugar de tensões, de conflito, de dominação, de prazer, de gozo, de dor, de gestos não silenciosos, de expressões, de grito que se encontra em uma fronteira sutil e não fixa entre os dois mundos, entre duas línguas.

Resgatando o que Pêcheux (2006) apresenta sobre o estabelecimento e movimento dos sentidos, os gestos de interpretação convivem em uma alternância com os gestos de descrição das práticas discursivas, entendidas como o real que se instala na interpretação, o real da língua, a estrutura, que é atravessada pelo sentido amalgamado de significações estabilizadas e pelos sentidos de deriva. O lugar em que os acontecimentos - a exterioridade que não está fora, que está imbricada com a historicidade, o elemento renovador, o novo - produzem outros sentidos.

Para Orlandi (2004), a interpretação acontece pela possibilidade que a memória, o interdiscurso, oportuniza: da repetição do já dito, em outro lugar, em uma nova condição de produção, e por outros sujeitos, emergem outros sentidos. E qual seria o papel do analista no processo de interpretação? Segundo Orlandi (2004, p.80), seu trabalho seria o de “[...] mostrar como um objeto simbólico produz sentidos, como os processos de significação trabalham um texto, qualquer texto”. Parafraseando o que disse Pêcheux (2006), destacamos que o analista deve saber o lugar e o momento em que a interpretação deve acontecer, nunca esquecendo a relação desta com a descrição. Uma descrição perigosa, pois nela o enunciado participa de um “jogo” em que ele é um discurso-outro, uma “[...] presença virtual na materialidade descritível” de um outro

discurso (PÊCHEUX, 2006, p.55). Sendo assim, o analista deve assumir uma posição que reconheça as descrições discursivas regulares. Seu ato de interpretação precisa corresponder a uma tomada de posição, que seja um efeito de sentido.

O campo dos Estudos da Tradução apresenta outro entendimento sobre o termo interpretação - empregado para fazer referência à atividade específica do intérprete de verter de uma língua para a outra na modalidade oral ou sinalizada. Entretanto, encontramos em autores situados nessa área alguns pontos de convergência que apontam ao sentido de interpretação como sendo constitutivo da produção de sentidos no uso da língua, na direção do modo como é proposto na AD.

Rónai (1976) retoma o entendimento dos sentidos outros, citando as armadilhas postas no caminho do tradutor e do intérprete. Para ele, essas armadilhas são caracterizadas pela fé que muitos profissionais têm sobre a “[...] existência autônoma das palavras e na convicção inconsciente de que a cada palavra de uma língua necessariamente corresponde outra noutra língua qualquer” (RÓNAI, 1976, p.16). Nota-se aqui um coentendimento acerca da importância da condição de produção do discurso no processo do gesto de interpretação e o quanto o caráter opaco e equívoco da língua é, muitas vezes, esquecido pelos partícipes da atividade de interpretação.

Magalhães Junior (2007), em sua reflexão acerca da interpretação simultânea, refere os mitos da impessoalidade e da invisibilidade do ato interpretativo da ação do intérprete. Segundo o autor, esta ideia sobre interpretação é ultrapassada. Hoje entende-se que toda e qualquer tradução (ou interpretação) é sempre um exercício imperfeito, em que o tradutor e o intérprete se inserem num processo de tomada de decisão constante, se arriscando e se expondo ao erro, à dúvida, ao acerto, à inquietude, à escolha.

Frota (2007), inclusive, discute o campo do conhecimento denominado Estudos da Tradução, à luz da Análise de Discurso. Inicialmente, a autora cita que, por muito tempo, autores da tradução procuravam em sua prática uma invisibilidade do trabalho tradutório e de interpretação. Entretanto, atualmente, autores como Lawrence Venuti, referência internacional no campo dos Estudos da Tradução, buscam um espaço de visibilidade social do ato de interpretação, ou seja, a tradução e a interpretação vistas como uma prática social.

Nesse sentido é que podemos entender os Estudos da Tradução nos dias de hoje, uma área que se insere em tantas outras com “braços” e ramificações, e que não se constitui, *a priori*, dentro de seu próprio campo, apropriando-se de outros campos. Portanto, aproximando-se de disciplinas como a Análise de Discurso, em que se considera que, no trabalho do intérprete não há um apagamento das determinações históricas, culturais, políticas, sociais, ideológicas, reformula-se a noção de sujeito, e, portanto, reformula-se a noção de interpretação.

Ora, os TILS, no momento de sua atuação profissional, interpretam suas próprias experiências ao produzirem o discurso na língua meta durante a ação de interpretar. São os intérpretes de si mesmos, intérpretes enquanto profissionais que interpretam de uma língua para outra, bem como intérpretes de suas memórias e de suas histórias. Entretanto, muitos destes profissionais ainda compartilham de uma memória que se filia ao mito da neutralidade, da imparcialidade – dogmas e crenças muito arraigados na área da tradução e interpretação, que ainda perduram em alguns discursos e contagiam a área dos TILS. Portanto, são intérpretes no sentido de produzirem um enunciado, registrado pela escrita, pela fala ou por sinais, instaurando assim um lugar de interpretação, na medida em que tudo aquilo que enuncia é interpretável.

Em nosso trabalho, como uma das línguas focadas é a língua de sinais - uma língua viso-gestual - o termo que utilizaremos para definir a ação de interpretar, no sentido de verter da Língua Portuguesa oral para a Libras ou da Libras para a Língua Portuguesa oral, será o de interpretação, apoiando-se também no documento apresentado por Pagura (2003, p.210), segundo o qual o intérprete é aquele que “trabalha com a palavra falada⁶”. Quanto à noção de tradução, cabe ressaltar o estudo realizado por Russo e Pereira (2008), no qual retomam a clássica categorização de Jakobson (2007) quanto às diferentes conceituações sobre o termo *tradução*: 1. Interlingual: tradução que envolve duas línguas diferentes, em que há a reformulação de um texto em uma língua diferente daquele em que foi inicialmente enunciado; 2. Intralingual: reformulações entre os signos verbais dentro de uma mesma língua, como a paráfrase; 3. Intersemiótica: quando signos não-verbais são transformados em linguagem verbal.

⁶ No caso da Libras, sinalizada.

Além dessas, podemos destacar ainda a categoria da tradução sociolinguística, apresentada por Rónai (1976), que é caracterizada quando o interlocutor, em sintonia com as convenções sociais e o contexto, traduz o pensamento do enunciador.

Segundo Aubert (2003), os Estudos da Tradução mantiveram por um longo período a atenção na busca de uma fidelidade do ato tradutório, presos às amarras de um didatismo e buscando uma prescrição e uma sistematização de como fazer uma tradução. Para o autor, os Estudos da Tradução vivem um momento de inquietação teórica, não mais buscando respostas, mas promovendo indagações. O autor também destaca que os esclarecimentos sobre os procedimentos da prática tradutória, pregado pelos tradutores “mais radicais”, devem ser considerados pelo fato de colaborarem com a proposição de dados possíveis de verificação⁷. Entretanto, ressalta que uma abordagem que não se volte especificamente para isto pode “[...] alçar vãos mais elevados e lançar o olhar sobre um campo mais vasto, mais interdisciplinar. Na essência, portanto, essas abordagens não são rivais ou opostas, e sim, complementares” (AUBERT, 2003, p.12-13).

Outra reflexão que merece atenção tem como foco a (in)visibilidade do tradutor, algo que sempre foi muito promulgado pelos tradutores como uma meta a ser alcançada em todo ato tradutório. Quanto mais “oculto” o tradutor fosse em seu texto, melhor seria este profissional, mais a tradução seria valorizada. Entretanto, em relação a esse entendimento há uma reflexão trazida pela tradutora Benedetti (2003) que merece atenção especial. A autora considera o tradutor como um sujeito da tradução, devendo este pensar sobre seu fazer e sobre si mesmo. Ora, entendemos que discursivamente o sujeito não é dono do seu fazer e de seu pensar, já que é carregado de outros dizeres, o que o constitui como sujeito. Entretanto, é interessante pensar que, também nos Estudos da Tradução, os próprios tradutores estão passando por um momento de transição em relação às posições discursivas que os constituem. Um momento de instabilidade, saindo de uma visão radical de neutralidade e invisibilidade e se constituindo em um outro espaço de pensar sobre seu fazer, de serem sujeitos, discursivamente falando, do processo e do ato tradutório.

A autora coloca em xeque o entendimento de invisibilidade, dizendo que, na verdade, há sim uma visibilidade do tradutor, tanto no campo textual como no campo

⁷ Como a materialidade da ação profissional de interpretar ou traduzir, como o resultado do trabalho do profissional intérprete ou do tradutor.

social. Ora, quando uma tradução é bem-feita, entende-se que o tradutor teve que intervir com mais afinco no processo de tradução. Seu ir e vir no texto, suas revisões, suas consultas a outras fontes, suas filiações discursivas, sua posição social, tudo está lá, no discurso do tradutor, no novo texto que se apresenta. Portanto, sua presença está ali, ainda que ilusoriamente “invisível” ao leitor, uma presença que é marcada, dentre outras coisas, pela fluência do texto.

Ratificando essa reflexão, Arrojo (2007) diz que a tarefa do tradutor é a de produzir significado. É necessário, segundo ela, saber “ler” e saber “escrever”. Saber “ler” entendido por ela como “[...] aprender a produzir significados, a partir de um determinado texto, que sejam *aceitáveis* para a comunidade cultural da qual participa o leitor” (ARROJO, 2007, p.76; destaque no original). Saber “escrever” da mesma maneira que se prepara um escritor ao se propor a escrever um livro.

Há também outra discussão em relação ao termo tradução que se vincula ao termo interpretação. Quadros (2002) esclarece que o termo tradução é mais utilizado quando há o registro escrito de uma determinada língua meta (língua de destino da tradução), enquanto o termo interpretação é utilizado para a enunciação oral - como é o caso dos intérpretes de conferências, - ou sinalizada - como o caso dos sujeitos intérpretes desta pesquisa, intérpretes de Libras. Magalhães Junior (2007) destaca que a diferença de terminologia entre tradução e interpretação é marcada mais como um recurso didático, enfatizando o fato de que uma não existe sem a outra. “Na verdade, traduzir e interpretar são verbos e ações que se interpenetram” (MAGALHÃES, 2007, p.26).

Cabe destacar, então, que a noção de interpretação nos Estudos da Tradução difere da noção de interpretação utilizada pela Análise de Discurso. Como já mencionamos, para a Análise de Discurso, a interpretação é entendida como a produção de um sentido que se dá pela possibilidade de o sujeito resgatar, em uma nova condição de produção discursiva, da memória do dizer, do interdiscurso, sentidos outros para algo que já estão lá, historicizando-os. A interpretação é o modo pelo qual o sujeito significa o acontecimento no uso da língua, em condições sócio-históricas.

Sobre a interpretação no quadro dos Estudos da Tradução, destacamos alguns aspectos técnicos e históricos, tais como a definição de Pagura (2003) sobre os dois modos de interpretação: a interpretação consecutiva e a simultânea. A interpretação

consecutiva é aquela: “[...] em que o intérprete escuta um longo trecho de discurso, toma notas e, após a conclusão de um trecho significativo ou do discurso inteiro, assume a palavra e repete todo o discurso na língua-alvo, normalmente a sua língua materna” (PAGURA, 2003, p.211).

Já na interpretação simultânea a atuação do intérprete é diferente, é a que mais é utilizada atualmente em eventos. Surgiu no pós-guerra em função do Julgamento de Nuremberg e com a criação da Organização das Nações Unidas. Nessa modalidade, os intérpretes – sempre em duplas – trabalham isolados numa cabine com vidro, de forma a permitir a visão do orador, e recebem o discurso por meio de fone de ouvido. Ao processar a mensagem, re-expressam-na na língua de chegada por meio de um microfone ligado a um sistema de som que leva sua fala até os ouvintes, por meio de fones de ouvido ou receptores semelhantes a rádio portáteis. Essa modalidade permite a tradução de uma mensagem em um número infinito de idiomas ao mesmo tempo⁸, desde que o equipamento assim o permita (PAGURA, 2003). Na interpretação simultânea, há também outra possibilidade chamada de “interpretação cochichada” ou, como se costuma utilizar o termo francês, *chuchotage*. Para este termo, Pagura (2003, p.212) também apresenta a sua conceituação: “O intérprete se senta próximo a um ou dois ouvintes e interpreta simultaneamente a mensagem apresentada em outro idioma”.

Podemos, nesse sentido, evidenciar que alguns conceitos que a Análise de Discurso nos apresenta, como memória discursiva, interdiscurso, intradiscurso, interpretação, funcionam no entremeio dos aspectos destacados da área dos Estudos da Tradução, estão atravessados nas práticas, nos enfoques. Como “estão ali”, cabe a nós, pesquisadores e analistas da AD, fazer os tangenciamentos em direção às análises.

Efeitos de sentidos: a profissão TILS em análise

O ano é 2017. Diversos acontecimentos relacionados com os TILS vêm se constituindo no país. O movimento das associações de TILS, assim como tantos outros no país, vivencia um intenso processo de declínio de participação. Ao mesmo tempo, e na contramão, vemos uma grande movimentação da Federação Brasileira das

⁸ Cabe destacar que não é exatamente ao mesmo tempo que acontece a interpretação, pois há a necessidade de o intérprete estar sempre atrasado em relação à fala da língua de partida. Para esse espaço de tempo se utiliza a denominação em francês *décalage*.

Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) sendo parceira na realização de audiências públicas em todo o território nacional a fim de conseguir uma aproximação junto ao MEC, associando-se ao Sindicato dos Tradutores (SINTRA) e à Associação Brasileira de Tradutores (ABRATES), entidades históricas no país na área da tradução, além de construir uma relação próxima com a Associação Mundial dos Intérpretes de Língua de Sinais (WASLI), a partir do ano de 2011, com a presença de uma delegação significativa de TILS na Conferência da WASLI em Durban, na África do Sul. A expansão de novos cursos de formação de bacharéis em tradução e interpretação em língua de sinais presenciais em várias universidades federais, como a UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos), a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), a UFG (Universidade Federal de Goiás), a UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) e a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), a UFRR (Universidade Federal de Roraima) é uma realidade. Tendo em vista as dimensões de um artigo científico, decidimos analisar brevemente apenas esses sete cursos de bacharelado em Letras Libras das IEs federais, examinando nos documentos dos cursos a preocupação com os efeitos de sentido de *desejo de pertencimento à comunidade surda* e a *preocupação em realizar uma boa interpretação*.

A legislação brasileira, com a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão n. 13.146/2015, ganha mais uma aliada na luta pela inclusão das pessoas com deficiência. Há um número significativo de TILS concursados, atuando nas instituições federais de ensino superior (IFES). Contudo, outros recentes acontecimentos nos contextos políticos e econômicos do país, como os cortes no investimento público, em todas as esferas de governo, e a política de terceirizações de atividades fins no âmbito educacional, constituíram um paradoxo frente às poucas e batalhadas conquistas na área da tradução e interpretação em língua de sinais.

Trazendo um dos efeitos de sentido que emergiram da pesquisa, qual seja, o *desejo de pertencimento à comunidade surda*, considerado relevante para os TILS sujeitos da pesquisa, cabe uma nova reflexão sobre as condições de produção de discurso que hoje afetam significativamente esse efeito. Contudo, primeiramente retomamos um excerto da materialidade discursiva de um dos sujeitos analisado na

ocasião da pesquisa: “[...] fiquei reconhecida pela comunidade surda e enfim me deram um sinal, pois antes era sinal⁹ - “mãe da A”, depois só “B”, então enfim ganhei meu sinal” (RUSSO, 2010, p.87). Aqui, evidencia-se que o pertencimento é relevante e desejado por parte dos sujeitos que, na época, eram aspirantes à função de intérprete. Mesmo o sujeito em questão sendo um familiar de surdo, isso não o coloca *a priori* como partícipe ou pertencente à comunidade surda.

[...] aquele que é amigo, que é intérprete, que é professor, que é governante, será ou não membro da comunidade quando mostrar que compartilha cotidianamente da mesma, de seus saberes, de suas ideias, mostrando um maior envolvimento e cumplicidade (RUSSO, 2010, p.88).

Partindo da constatação de que esse desejo de pertencimento se apresenta na materialidade discursiva dos TILS e também de muitos professores e pesquisadores na área dos Estudos da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais, sob a forma discursiva de “cheirar surdo”¹⁰, seria óbvio pensar que os novos cursos de formação de bacharelado em tradução e interpretação em língua de sinais referendassem esse desejo no currículo. Primeiro pelo fato de que os alunos que hoje ingressam nos cursos de bacharelado, em sua maioria, não são oriundos da comunidade surda como acontecia nos cursos do final dos anos 90. Isso ratifica o que foi problematizado na pesquisa anterior.

Entretanto, devemos nos questionar até quando poderemos dar conta de que todos os intérpretes de língua de sinais surgirão e nascerão dentro da comunidade surda, ou ainda, até quando poderemos manter esta, muitas vezes, íntima relação dos intérpretes com a comunidade surda. Haverá um dia em que uma criança, ou um adolescente, irá responder, ao ser perguntado: “o que você vai ser quando crescer?” “Vou ser intérprete de língua de sinais”. Caso isto ocorra, como iremos manter este sentido de que todos os ILS nascem dentro da comunidade surda? Ou, ainda, que os ILS devam ter esta íntima relação com a comunidade surda? E mais. Como os cursos de

⁹ É costume nas línguas de sinais as pessoas ou entidades, ligadas ou não à comunidade surda, ou ainda alguém conhecido socialmente como um governante, uma celebridade, terem seus sinais, ou seja, ter um sinal que identifica quem você é. É como se fosse ter seu nome em língua de sinais. Estes sinais costumam ser dados pelos próprios surdos a partir de uma característica física e/ou comportamental da pessoa ou entidade em questão.

¹⁰ Tradução literal do sinal em Libras usado para dar o sentido de “estar próximo”, “ser íntimo”, comumente usado para marcar a importância de os intérpretes de Libras estarem próximos da comunidade surda.

formação de intérpretes de Língua de Sinais reconhecem esta especificidade, trazendo para dentro do planejamento e elaboração dos mesmos este aspecto do *pertencimento* na e da comunidade surda? (RUSSO, 2010, p.71).

Outro motivo é o próprio discurso de muitos professores formadores de TILS que ratificam esse desejo de pertencimento, motivando os egressos, já durante o curso, a se aproximarem da comunidade surda. Contudo, analisando os projetos políticos pedagógicos (PPP) e os currículos dos cursos selecionados de formação de bacharelado em tradução e interpretação em libras emergem efeitos de sentidos reveladores de que esse desejo, na maioria dos casos, apenas tangencia os cursos, sem de fato ser um tema e uma prática abordada diretamente nas disciplinas, com exceção dos momentos de estágios já que, pela característica da atividade, a aproximação com a comunidade surda é inevitável. No curso da UFES, encontramos as disciplinas de *História da Língua de Sinais* (4 créditos) e *Práticas Culturais e Língua de Sinais: Estudos Surdos* (4 créditos); no bacharelado da UFRGS, as disciplinas de *Estudos Surdos I e II* (4 créditos cada); no curso da UFG, apenas *Estudos surdos, sociedade e cultura* (4 créditos); no curso da UFSC, apenas uma obrigatória de *Estudos Surdos I* (4 créditos) e a eletiva de *História dos Estudos da Tradução e Interpretação de Libras* (4 créditos); no curso da UFRJ identificamos a disciplina de *Fundamentos da História da Educação dos Surdos* (2 créditos), *Fundamentos da Educação Bilíngue para Surdos* (2 créditos); e no curso da UFRR com as disciplinas de *Fundamentos da Educação de Surdos* (4 créditos). O que nos surpreende é que, no PPP do curso de Bacharelado da UFSC, pioneiro na formação de TILS e referência para muitos cursos do país, o termo *comunidade surda* aparece uma única vez e ainda quando cita a legislação. Contudo, cabe o destaque para o curso de bacharelado da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR): ele apresenta, em PPP, os objetivos do curso, sendo que um deles é “[...] dar condições ao estudante para aprender no contato com a comunidade surda, refletindo sobre novas formas de atuação e redimensionando seu saber” (UFSCAR, 2016, p.8). Além disso, em sua grade curricular, oferece disciplinas como *Introdução a Tradução Interpretação e aos Estudos da Surdez* (4 créditos), *Tradução e Interpretação na Esfera Educacional I e II* (4 créditos cada), *Multiculturalismo e Surdez* (2 créditos) que, nas ementas, demonstram a preocupação do curso com a construção desse pertencimento à comunidade surda de seus egressos.

Sabemos, entretanto, que o currículo de um curso não acontece apenas sob a forma de documentos, de um rol disciplinas ou no espaço escolar, mas sim a partir de práticas que abarcam todo o fazer pedagógico. Nesse sentido, reconhecemos que, nas IFES citadas, as práticas junto à comunidade surda estão presentes sob outras formas.

Outro efeito de sentido revisitado para esse estudo foi o que dá destaque à *preocupação em realizar uma boa interpretação* e se apropriar de um *saber fazer* a interpretação. Atualmente, com o número significativo de TILS nas IFEs, após a abertura de vários concursos em todo o território nacional, ocupando vagas de técnicos administrativos em que a exigência mínima de formação é o ensino médio completo, há uma latente preocupação dos TILS em darem conta das especificidades da tradução e interpretação no âmbito acadêmico no que tange aos três pilares de sustentação: o ensino, a pesquisa e a extensão. Essa preocupação se justifica visto que a atuação cotidiana dos TILS nas IFEs se dá nos mais variados contextos, áreas de conhecimento e níveis (colégio de aplicação, graduação, pós-graduação).

Ressaltamos, portanto, o aspecto político-econômico relacionado ao cargo que os TILS ocupam. Como já mencionado, a grande maioria dos TILS que hoje atua nas IFEs ocupa o cargo técnico administrativo, denominado de *tradutor e intérprete de linguagem de sinais*¹¹, enquadrado na carreira de servidor federal no chamado nível D, em que a exigência mínima é o nível médio. Contudo, notamos aí um paradoxo legal já que, enquanto o Decreto Federal n. 5626/05, que regulamenta a Libras no Brasil, diz em seu artigo 17 que todo o profissional TILS, que atuar no nível superior, deve ter uma formação superior na área de Libras – Língua Portuguesa, a Lei Federal n. 12.319/2010, que regulamenta a profissão de TILS, foi aprovada sem a mesma exigência que o decreto regulou¹². Desde então, o MEC vem oferecendo para as IFEs as vagas de nível médio para os concursos de TILS, seguindo essa última legislação em detrimento do cargo também existente na carreira de servidor federal denominado *tradutor intérprete*, em que a exigência para assumir a função é ter formação específica em letras (bacharelado). Esse cargo é comumente ocupado por tradutores e intérpretes que fazem concurso para as demais línguas. No ano de 2015, com a aprovação da Lei Brasileira de

¹¹ Como esse cargo foi criado ainda nos anos 80, justifica-se o termo linguagem de sinais, já que na época não havia o entendimento legal de que se tratava de uma língua.

¹² Cabe salientar que, na mesma época da criação da regulamentação da profissão de TILS, o MEC estava formando 450 novos bacharéis em Letras Libras em todo o território nacional, em um curso a distância promovido pela UFSC, atendendo 16 estados da nação.

Inclusão n. 13.146/2015, estabelece-se novamente, em seu artigo 28, §2º, inciso II, que “[...] os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras” (BRASIL, 2015). E mais recentemente, em abril de 2017, reforçando o paradoxo citado e seguindo o fluxo da política nacional de terceirização, o governo federal vem disponibilizando vagas temporárias de *profissionais técnicos especializados em linguagem de sinais* para diversas IFES, exigindo formação superior, com salários maiores do que os que já atuam no regime estatutário. Nota-se, inclusive, uma inadequação terminológica já que se trata de uma língua de sinais, a Língua Brasileira de Sinais - Libras, regulamentada como tal pela Lei Federal n. 10.436/02, e não uma *linguagem de sinais*.

Sendo assim, uma nova análise sobre as condições discursivas descritas vem ratificar o que foi descrito na pesquisa quanto à preocupação com a realização de uma boa interpretação, entendendo a formação em serviço como o caminho para esse aprimoramento e “[...] oportunidade de praticar e melhorar sua atuação” (RUSSO, 2010, p.81). No entanto, como a maioria das IFES só foi conhecer o profissional TILS quando ele tomou posse e começou a atuar, desconhecendo completamente as especificidades das atividades da tradução e interpretação em língua de sinais, elas não possuem experiência ou conhecimento suficiente para propor alguma formação para os TILS. Assim sendo, são os próprios TILS que tiveram de assumir o protagonismo de sua formação em serviço, propondo, elaborando e ministrando as formações para seus colegas TILS dentro das próprias IFEs em que atuam ou a convite de outras.

Outro movimento que vem se constituindo são as recentes chamadas da FEBRAPILS, como reuniões online¹³ com a categoria, para compartilhar sua preocupação com a formação dos TILS. Novamente, temos o efeito de sentido sendo ratificado também para instituição que representa nacionalmente os TILS.

¹³ No dia 14 de setembro de 2017, foi realizada a primeira reunião online da FEBRAPILS com a categoria de TILS para socializar as articulações que a instituição vem realizando no sentido de dar os primeiros passos para a elaboração de proposta de formação de TILS.

Efeito de conclusão

A análise revisitada, aponta, neste artigo, para o vasto leque que se abre para pensarmos nos caminhos a trilhar no sentido de promover e garantir a formação inicial, continuada e em serviço dos intérpretes de língua de sinais. Produzido em momento de transição e de novos acontecimentos acerca da organização dos tradutores e intérpretes de língua de sinais por todo o país, este texto é afetado por novas condições de produção que apontam para situações que envolvem busca de empoderamento e de maior visibilidade e legitimidade por parte dos TILS, abertura de cursos superiores presenciais de formação de intérpretes de língua de sinais com maior frequência e envolvimento dos TILS em pesquisas que tematizam a tradução e interpretação em língua de sinais, considerando os diversos campos de atuação.

Sendo assim, seguindo o sentido de pertencer à comunidade surda e as questões levantadas anteriormente, podemos sugerir, a partir da retomada das análises do *corpus* original (RUSSO, 2010), que os novos cursos de interpretação – de formação do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais - precisam definir, dentro de sua filosofia e grade curricular, modos de concretizar uma efetiva aproximação dos alunos com as questões da comunidade surda, sem a necessidade de pertencerem previamente a ela. Nessa perspectiva, poderemos oportunizar uma maior relação entre os alunos, futuros intérpretes, com os sujeitos surdos e a língua de sinais.

Sabemos que os efeitos de sentidos evidenciados tanto no processo de análise do *corpus* estabelecido na pesquisa realizada entre 2006 e 2010 quanto nessa nova análise desde as novas condições de produção de discurso, sob o referencial teórico-analítico da Análise de Discurso e dos Estudos de Tradução, foram produzidos conforme a interpretação das analistas. Acentua-se, assim, o caráter de que os mesmos não se esgotam e não são fixos. Reflexões de Santos (2015), Rodrigues e Beer (2015) e Dinarte e Russo (2015) apontam para esse sentido, já que discutem questões pertinentes à implementação das atividades de TILS nas IFES, à filiação aos estudos de tradução e interpretação, bem como à atuação dos TILS no âmbito da pós-graduação, respectivamente. Por fim, pondera-se que esses efeitos de sentidos foram constituídos num dado momento histórico e que estão sempre abertos para novas análises em face de condições de produção outras.

REFERÊNCIAS

- ARROJO, R. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 2007.
- AUBERT, F. Conversas com tradutores: diálogos da prática com a teoria. In: BENEDETTI, I.; SOBRAL, A. (Orgs.) *Conversas com tradutores: balanços e perspectivas da tradução*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, p.7-15.
- BENEDETTI, I. Prefácio. In: BENEDETTI, I.; SOBRAL, A. (Orgs.) *Conversas com tradutores: balanços e perspectivas da tradução*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p.17-31
- BRASIL. Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Lei Federal nº 12.319, de 1º setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- BRASIL. Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- DINARTE, L.; RUSSO, A. Tradução e interpretação de língua de sinais no contexto da pós-graduação: problematizando posições. *Cadernos de Tradução*. Florianópolis. v. 35, n. 2, p.174-196, 2015. Disponível em: [<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p174>]. Acesso em: 14 set. 2017.
- FROTA, M. A interpretação na Análise de Discurso e nos Estudos da Tradução. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. (Orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007, p.391-400.
- GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. (Orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p.123-34.
- JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. In: RUSSO, A.; PEREIRA, M. *Tradução e interpretação de língua de sinais: técnicas e dinâmicas para cursos*. São Paulo: Cultura Surda, 2008.
- MAGALHÃES JUNIOR, E. *Sua Majestade, o intérprete: o fascinante mundo da tradução simultânea*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. (Orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007, p.11-20.
- PAGURA, R. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. *Delta*, São Paulo, v.19, n. esp.,

p.203-236, 2003. Disponível em: [<http://www.scielo.br/pdf/delta/v19nspe/13.pdf>]. Acesso em: 01 set. 2017.

PÊCHEUX, M. *Hacia el análisis automático del discurso*. Madrid: Editoria Gredos, 1978.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

QUADROS, R. *O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

RODRIGUES, C.; BEER, H. Os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais: novo campo disciplinar emergente? *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 35, n. 2, p.17-45, 2015. Disponível em: [<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p17>]. Acesso em: 14 set. 2017.

RÓNAI, P. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro: Educom, 1976.

RUSSO, A. *Intérprete de língua brasileira de sinais: uma posição discursiva em construção*. 2010. 133 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTOS, S. A implementação do serviço de tradução e interpretação de libras-português nas Universidades federais. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 35, n. 2, p.113-148, 2015. Disponível em: [<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p113>]. Acesso em: 15 set. 2017

SILVÉRIO, C. *et al.* Reflexões sobre o processo de tradução-interpretação para uma língua de modalidade espaço-visual. *Anais - III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa*. Florianópolis: PGET-UFSC, 2012. p.01-07.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS. *Fluxo Curricular do Curso de Bacharelado em Letras: tradução e interpretação em Libras/Português*. Goiás. Disponível em: [https://www.letras.ufg.br/up/25/o/2014_matriz_curricular_libras_traducao.pdf]. Acesso em: 10 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras/Libras – bacharelado*. Boa Vista, 2013. Disponível em: [http://ufr.br/libras/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=61:ppp&id=10:downloads&Itemid=314]. Acesso em: 10 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *Projeto pedagógico do curso de bacharelado em tradução e interpretação em língua brasileira de sinais (libras)/língua portuguesa*. São Carlos, SP 2016. Disponível em: [http://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/traducao-e-interpretacao-em-lingua-brasileira-de-sinais/PPC_BACHARELADO_TRADUCAO_INTERPRETACAO_LIBRAS_ATUALIZAO_2016.pdf] Acesso em: 10 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *Currículo de Cursos*. Espírito Santo, 2016. Disponível em: [http://www.letras.ufes.br/sites/letras.ufes.br/files/field/anexo/lista_disciplinas_libras.pdf]. Acesso em: 10 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Currículo de Curso*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: [<https://siga.ufrj.br/sira/repositorio-curriculo/distribuicoes/6C5E1BC5-92A4-F79C-7BF7-911B6569D542.html>]. Acesso em: 10 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Cursos*. Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=334]. Acesso em: 22 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Projeto político pedagógico do curso de Letras Libras*. Santa Catarina, 2012. Disponível em: [http://letraslibras.grad.ufsc.br/files/2013/04/PPPLibras_Curriculo_2012_FINAL_06-03-2014.pdf]. Acesso em: 19 set. 2017.

VINHAIS, I. *Literatura, leitura e produção textual no ensino médio*. Porto Alegre: Mediação, 2009.

Recebido em 02/12/2017

Aprovado em 04/08/2018